

RETOMADA DO CRESCIMENTO

Economia - Brasil

Planejamento prevê avanço de 6% no PIB se taxa de juro não subir

BRASILIA — A recessão no Brasil já é coisa do passado, garantiram ontem o Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, e o Coordenador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), José Augusto Arantes, Savasini. Os dois principais assessores do Ministro Delfim Netto acreditam que a economia brasileira deverá crescer em média de cinco a seis por cento nos próximos anos, se as taxas de juros no mercado internacional não subirem ainda mais.

Os técnicos do Planejamento estão muito otimistas diante das últimas previsões da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de que a indústria do País crescerá seis por cento este ano, o que viabilizaria um aumento de três a quatro por cento para o Produto Interno Bruto (PIB), quando a previsão no início do ano era de estagnação. Ikeda acredita que a agricultura deverá crescer entre oito e nove por cento em 84.

— Estamos começando a recuperação econômica — afirmou Ikeda com entusiasmo. E riu ao ser indagado se o atual desempenho da economia brasileira não seria uma tentativa das autoridades de apresentarem resultados positivos à Nação neste fim de Governo.

O Chefe da Assessoria Econômica do Planejamento reagiu com veemência, afirmando que “não existe nada artificial ou despropositado no Governo”. Para ele, o melhor indicador da solidez desse crescimento econômico é o fato de que “o País está crescendo e aumentando suas reservas internacionais ao mesmo tempo”.

Para José Arantes Savasini, a recuperação econômica “é perfeitamente normal e previsível”. Segundo ele, os resultados atuais são frutos de “uma política deliberada, traçada em 1980 e aprofundada em 1982”, tendo como ponto principal a alteração substancial nos preços relativos das exportações e importações do País, através de uma política cambial agressiva.

Além disso, o Governo promoveu mudanças nos preços relativos da agricultura, com a retirada dos subsídios e a vinculação dos preços dos produtos ao mercado internacio-

nal. Essa medida, de acordo com Savasini, aumentou o nível do investimento agrícola e gerou forte demanda por bens industriais.

— Nós sabíamos que se houvesse algum crescimento, teria que ser pelo lado do setor exportador e da agricultura — diz o Coordenador do Ipea, e um dos principais negociadores brasileiros com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele informou que mesmo a indústria de bens de capital, um dos segmentos mais afetados pela recessão, já deu sinais de recuperação, pois tem conseguido exportar. Na sua opinião, os dados do IBGE e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostram que, nos últimos dois meses, até a indústria de bens de consumo duráveis vem registrando melhor desempenho.

Savasini e Ikeda rejeitaram a idéia de alguns economistas da Oposição de que o Brasil dificilmente conseguirá superávits volumosos e constantes no comércio exterior por causa do protecionismo dos outros países. Para rebater esta tese, Savasini lembrou que, durante uma mesa-redonda com vários economistas, realizada no ano passado, sua afirmação de que o País obteria um saldo comercial de US\$ 6 bilhões em 1983 foi motivo de risos e brincadeiras.

Hoje, ele cita os números das exportações de 1983 e 1984 para mostrar que a economia brasileira responde com um dinamismo excepcional aos estímulos da política cambial. Savasini prevê que, nos próximos anos, as vendas externas poderão crescer 4,5 por cento em termos reais (descontando a inflação mundial), desde que o futuro Governo mantenha o atual sistema de desvalorizações do cruzeiro.

Outra tese rejeitada pelos dois assessores do Planejamento é aquela que atribui o excepcional desempenho das exportações do País ao déficit comercial dos Estados Unidos. De acordo com os defensores dessa idéia, no momento em que o Governo americano adotar medidas para combater o déficit, as vendas brasileiras sofrerão duro golpe.

Akihiro Ikeda não aceita essa argumentação, pois acredita que, sejam quais forem as mudanças da política econômica dos Estados Unidos, “elas serão benéficas para o

Brasil”. Na sua opinião, o combate ao déficit comercial americano levará Washington a reduzir também seu déficit público e, com isso, promoverá a redução das taxas de juros. Caindo os juros, o serviço da dívida externa brasileira diminuirá, melhorando as condições do balanço de pagamentos do País.

Outra repercussão da queda das taxas de juros será o aumento do comércio internacional, diz o Chefe da Assessoria Econômica do Planejamento. Ele prevê um crescimento real médio de três por cento no nível do comércio mundial nos próximos anos. Essa perspectiva, segundo Ikeda, é extremamente favorável às exportações brasileiras.

Ikeda minimizou bastante o efeito da recente liberalização das importações do País sobre os futuros superávits comerciais. Na sua opinião, o atual sistema de importação do Brasil é mais restritivo do que na época do ex-Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. Para Ikeda, as importações brasileiras deverão aumentar em 85, não em função dessa liberalização, mas graças ao crescimento da economia. Mesmo assim, ele acredita que é possível manter altos superávits comerciais, pois o avanço das importações da iniciativa privada poderá ser compensado pela redução das compras de petróleo.

O Chefe da Assessoria Econômica do Planejamento acha que o principal fator de inibição ao crescimento econômico no Brasil continua sendo a inflação. Para ele, o combate à alta dos preços deverá ser a prioridade número um do próximo Governo. Ikeda insiste na tese de que o déficit público “está na raiz da inflação brasileira”.

Na sua opinião, o próximo Governo terá “um espaço bastante grande” para reduzir esse déficit, uma vez que numerosos projetos econômicos de grande envergadura estão em fase de maturação, como são os casos de Itaipu, Tucuruí, Tubarão, Açominas e a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Com o fim desses projetos, Ikeda acredita que o Governo “brigará menos” pelos recursos disponíveis no mercado interno, o que será benéfico para a redução das taxas de juros e para a inflação.